em sua própria linguagem. E compreendendo o que têm a dizer, pode-se optar por uma educação cuja diretriz seja a própria criança. É necessário que o educador esteja atento e receptivo para observar, notar, intuir, sentir, os gestos, as imagens, as situações, as falas, os olhares, o brincar, a fantasia, os devaneios.

A função do educador vai muito além de apenas mediar o brincar, é ele quem faz com que a criança trace seu caminho em busca da sua própria autonomia. O brincar é para a criança uma forma de comunicação e expressão, pois através dele ela consegue externar seus sentimentos e interpretar papéis que possivelmente irá cumprir quando adulta.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Práticas Cotidianas na Educação Infantil - Bases para a reflexão sobre as Orientações Curriculares. Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf. Acesso em: 22. maio. 2022.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2009.

CARVALHO, C. M. & PORTUGAL G. AVALIAÇÃO EM CRECHE:

CRECHEndo com qualidade. (1ºed). Porto: Proto Editora. 2017.

GOLDSCHMIED, E. JACKSON, S. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche; Tradução: Marlon Xavier. Porto Alegre: Grupo A, 2006.

HORTÉLIO, A (org.) Docências na Educação Infantil: currículo, espaços e tempo. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação, Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo; [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

LOUV, Richard. A última criança da natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

MEIRELLES, D. S.; HORN, M. G. S. O brincar heurístico: uma potente abordagem para a descoberta do mundo. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Velhinho. Para pensar a educação infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela educação infantil [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

RICHTER, Sandra. Devaneios voltados para uma infância com o barro.

Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, jan.-abr. 2017, p. 49-68.

Disponível em:

https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/download/26122/1 9380>. Acesso em 24 mai. 2022.

TIRIBA, Lea. Educação Infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São; Martins Fontes, 2010.

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ESTER FERNANDES PEREIRA SAMPAIO

RESUMO

O objetivo desse artigo é refletir sobre a história da inclusão na nossa sociedade, analisando como as pessoas com deficiência eram vistas, algumas das leis que incentivaram a inclusão e os direitos reservados à essas pessoas, os avanços que podemos ver e os desafios que ainda encontramos, para que de fato, a inclusão ocorra nas instituições escolares e na sociedade em geral.

Refletirmos que a ideia de inclusão não limita-se às pessoas com deficiência, seja ela física ou intelectual, pois quando falamos de inclusão nos referimos a toda e qualquer pessoa, sem distinção, pois almejamos uma sociedade em que não haja discriminação por características ou limitações, mas sim respeito as diferenças e proporcione condições físicas, ambientais, de locomoção, acessibilidade, compreensão e respeito para que todos tenham a opotunidade de participar e se sentir participante nos diferentes ambientes.

Precisando considerar que a inclusão não é benéfica somente para as pessoas com deficiência, mas sim para todos e é na escola que muitas das crianças poderão experienciar, relacionando-se e criando vínculos com seres humanos diferentes. E é no convivio diário proporcionado pelas escolas , contando com a intervenção dos professores e demais funcionários, que as crianças aprenderão a vivenciar experiencias de inclusão, quebrando assim barreiras de preconceito e discriminação, a fim de preparar os novos educandos

para uma sociedade mais igualitaria, compreensiva e justa.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Acessibilidade, Compreensão, Sociedade.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the history of inclusion in our society analyzing how people with disabilities were seen and analyze the laws that encouraged inclusion and the rights reserved for these people. The progress that we can see and the challenges that we still facing. So that inclusion can actually occurs in school institutions and in society in general.

We consider that the idea of inclusion is not limited to people with disabilities, whether physical or intellectual because when we talk about inclusion we refer to any and all people without distinction as we aim for a society in which there is no discrimination due to characteristics or limitations but respect for the differences and also support for all kind of need such as physical, environmental, locomotion or accessibility and also knowledge and respect for those conditions so that everyone has the opportunity to participate and feel participating in different environments.

We need to consider that inclusion is not only beneficial for people with disabilities but for everyone and it is at school that many children will be able to experience, relating and creating bonds with different human beings. It is in the daily familiarity provided by schools and with the intervention of teachers and other employees that children will learn to live experiences of inclusion, thus breaking barriers of prejudice and discrimination, in order to prepare new students for a more egalitarian society, understanding and fair.

Keywords: Education, Inclusion, Accessibility, Understanding, Society.

INTRODUÇÃO

A inclusão não é um tema recente, mas ainda assim é atual e muito discutido, principalmente na área da educação que tem como intuito reeducar a nossa sociedade para uma cultura sem preconceitos, mais compreensiva e justa, assim temos leis que asseguram a todas e quaisquer crianças o acesso a uma educação em ensino regular, que respeite sua singularidade de aprendizado e lhe dê condições para se desenvolver de forma integral como ser humano, respeitando suas limitações e acreditando em suas potencialidades. A escola inclusiva precisa oferecer uma educação para todos, sem distinção, onde seus valores devem ser baseados na compreensão e respeito às diferenças, pois não existe ninguém igual a ninguém, cada um tem características específicas que faz de cada pessoa um ser único e esse é o maior desafio da escola inclusiva, lidar com todos os seres únicos que compõem a instituição.

Utilizaremos neste artigo a metodologia qualitativa para nos debruçarmos sobre a história da inclusão no mundo, tanto na Europa e mais a frente no Brasil, como as pessoas com deficiências eram vistas e tratadas e quais passos foram dados para alterar essa ótica referente à eles. Falaremos sobre os avanços que tivemos com o passar do tempo e o quanto ainda almejamos por mais condições de respeito e equidade, pois não é fácil acabar com uma cultura estereotipada, onde se enxerga primeiro a deficiência do que o ser humano.

METODOLOGIA

A abordagem utilizada nesta pesquisa é a qualitativa. Ela foi definida por Fazenda, Tavares e Godoy (2015, p. 62) como uma modalidade de pesquisas que estuda o que se entende e interpreta, para ter uma visão detalhada, complexa e totalizada sobre os fenômenos humanos. Severino (2015, p. 118) informa que são várias as metodologias que podem fazer uma abordagem qualitativa, pois está associado mais a seus fundamentos epistemológicos do que a uma metodologia em si.

A metodologia já é definida por Gil (2008, p. 15) como parte de uma pesquisa científica que corrobora para compreensão da vivência cotidiana da vida das pessoas, e não de conceitos. É o resgate dos significados atribuídos pelos indivíduos aos objetos estudados. Já Fazenda, Tavares e Godoy (2015, p. 74) definem como uma reflexão sobre a importância, validade e finalidade da investigação, de forma flexível, aceitando reflexão e nova interpretação. Sobre a visão teórico-crítica, as autoras nos informam também que (2015, p. 116):

O objetivo da análise crítica é avaliar a função do discurso, identificar a ideologia que mantém, reforçar e incentivar as relações de poder, denunciando e mostrando, dessa maneira, o que está subjacente ao discurso. Sempre se visa a construção de uma consciência crítica. A análise crítica envolve: confrontação (...), defrontação (...) e diálogo (...).

Essa abordagem norteou este trabalho utilizando embasamentos teóricos qualitativos, críticos e reflexivos. Houve uma preocupação com a utilização do diálogo contínuo com autores diversos.

Foram analisadas as contribuições do psicopedagogo clínico em instituições educacionais para o atendimento de alunos de inclusão, a assessoria que esse especialista pode dar para a equipe docente de forma que essa inclusão aconteça de forma mais

eficaz e eficiente.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A QUESTÃO DA INCLUSÃO E SEUS CONCEITOS

Relataremos, aqui, alguns momentos históricos que demonstram como as pessoas com deficiências eram vistas pela sociedade, como era o tratamento que recebiam e as mudanças obtidas ao longo dos séculos, até, enfim, chegarmos à história do processo de inclusão no Brasil.

Mantoan explica que:

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais

(http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm).

Garcia (2011, s/p), menciona que os primeiros registros que comprovam a existência de pessoas deficientes foram realizados pelos egípcios em 2500 a.C.

Na Grécia antiga, pessoas com deficiências eram consideradas sub-humanas, ou seja, abaixo do que se consideravam humanos, com isso, eram lançadas do alto de rochedos. Em Esparta e em Atenas, foram abandonadas em praças ou campos. Essas práticas foram admitidas por Aristóteles e Platão.

Com a chegada do Cristianismo houveram algumas mudanças, pois abandonar ou exterminar o indivíduo com deficiência, era o mesmo que ir contra a divindade. Sendo assim, os conventos e igrejas passaram a acolhê-las. Um nome que ficou marcado por essa prática foi o de Nicolau, bispo de Mira. O acolhimento era oferecido com base na caridade e cuidados e não em direitos civis e de igualdade social.

Na idade média, surge a primeira instituição para deficientes no século XII o BethLem Hospital.

Na idade moderna, no século XVI, em 1601, no final do reinado da rainha Elizabeth, é sancionada a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e o bem das pessoas com deficiência, conhecida como a Lei Elisabetana ou Lei dos Pobres.

Na idade contemporânea, no século XVII, John Locke criou a teoria da "tábula rasa" que definiam as pessoas com deficiências intelectuais como pessoas carentes de experiências vivenciadas e que os estudos deveriam suprir essa necessidade. Já no século XIX, Jean Jacques Gaspar Itard apresentou o primeiro programa de educação especial, que criou a partir da experiência e metodologia utilizada com o menino Victor, conhecido como o Selvagem de Aveyron. Este foi encontrado, com cerca de 12 anos de idade, sozinho perto de uma floresta no sul da França, sem roupas, ele não falava e não andava como humano. Itald acreditava que a deficiência intelectual do garoto era fruto do empobrecimento cultural. A teoria de Itard e seus discípulos não curavam a deficiência intelectual, porém, através de suas concepções começaram a surgir escolas especiais.

Nessa mesma época, Phillip Pinel, psiquiatra, defendia que seres humanos com perturbações mentais eram doentes e precisavam de tratamento médico. Esquinol, discípulo de Pinel, defendia que as diferenças intelectuais eram um estado e a partir do rendimento escolar poderia ser avaliado. Desta forma, legitimou a participação do pedagogo no estudo da criança com deficiência intelectual.

Maria Montessori também foi uma das grandes contribuidoras para os avanços da aprendizagem de crianças com deficiência intelectual na idade contemporânea, criadora do método montessoriano, que partia do concreto para o abstrato, baseando-se nas observações de que as crianças aprendiam de maneira mais eficaz com experiências práticas.

Johan Heinrick Pestallozi surge defendendo o direito do acesso à educação para todas as crianças, principalmente o direito ao acesso aos pobres. Para ele, a escola deveria ser um ambiente comparado a um lar, inspirado no ambiente familiar. Pestallozi defendia a proteção e a relação afetiva. E foi inspirado em uma das escolas de Pestalozzi que Fröebel aprofundou seus estudos e criou materiais e jogos simples, que se tornaram ensinos lúdicos e concretos eficientes e produtivos para a educação. Apesar dos avanços na área da pesquisa médica, psicológica e pedagógica, era difícil as classes mais populares terem acesso à educação especial, apesar de ser em menor escala, a prática do abandono, confinamento e internações em hospício continuavam e, somente após o fim da II Guerra mundial que o tema ganha relevância política, como nos diz Garcia (2011, s/p):

Dado o elevado contingente de amputados, cegos e outras deficiências físicas e mentais, o tema ganha relevância política no interior dos países e também internacionalmente, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A "epopéia" das pessoas com deficiência passaria a ser objeto do debate público e ações políticas, assim como outras questões de relevância social, embora em ritmos distintos de um país para o outro.

Esses fatos históricos nos mostram a trajetória das pessoas com deficiência no

mundo. No Brasil não era diferente do que no resto do mundo. O povo indígena tinha prática exterminar crianças com má formação ou pessoas que adquirissem algum tipo de deficiência, e, mais a frente, os povos negros que na época vieram ser escravisados no Brasil, ambos acreditando que as deficiências eram castigos dos deuses, suas práticas, pensamentos e atitudes eram similares aos da Europa. No caso dos escravos negros, muitos foram vítimas de amputações e maus-tratos de seus senhores, como forma de punições, que resultaram em deficiências físicas.

Em termos de educação inclusiva, na atualidade, os deficientes têm seus direitos amparados pela Constituição Federal de 1988, como no art. 205 que diz "A educação é direito de todos e dever do estado e da família". E no Capítulo III, art. 208 e inciso III, que garante "O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". A Declaração de Salamanca, é um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social e diz "adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma". A Declaração Mundial sobre educação para todos, no seu Artigo 3, parágrafo 5, garante: "As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo". E em termos de leis podemos citar ainda o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 54 e parágrafo III, as "Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica" que nos mostra os fundamentos com bases legais, políticas, educacionais, organizacionais, pedagógicas, curriculares e profissionais, visando todo o atendimento para a inclusão. Além desses, existem outros documentos.

Na atualidade, temos muitas fontes de pesquisa acerca da proposta de educação inclusiva no Brasil, contudo a educação inclusiva ainda é um desafio quando pensamos na prática em salas de aulas. Isso é comum, quando um professor precisa auxiliar na aprendizagem de cerca de 20 a 40 alunos em uma sala de aula, onde cada um tem necessidades e formas de aprendizagens singulares, e alguns precisam de um pouco mais de atenção como são os casos dos portadores de necessidades intelectuais ou transtornos de aprendizagem.

Para definirmos claramente o conceito da inclusão, precisamos primeiramente remeter nossos pensamentos àquelas pessoas que de alguma forma sofrem algum tipo de exclusão por parte da sociedade. Ou seja, nesse contexto, podemos falar de exclusão étnica racial, de portadores de deficiências físicas e intelectuais, pessoas que sofrem preconceitos por sua idade, por gênero, entre outros casos em que haja algum tipo de exclusão.

Ao estudarmos as contribuições da escola no processo de inclusão de crianças com alguma deficiência ou dificuldade de aprendizado, precisamos entender o conceito de inclusão e em quais situações podemos aplicar esse conceito.

Segundo Freire (2008, p. 5):

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Quando Freire nos diz "naquilo que nos diferencia dos outros" fica claro que todos somos diferentes uns dos outros, não há um ser igual ao outro em aspectos físicos, psíquicos, emocional, intelectual, comportamental entre outros. Cada pessoa carrega uma carga genética, histórico-cultural e familiar diferente. Isto se distingue mesmo entre os criados na mesma família, uma vez que podem corresponder de formas diferentes aos estímulos familiar, cultural e social.

Na escola a criança é submetida a um convívio social fora do resguardo familiar, com diversos professores e com outros tipos de crianças das mais diferentes culturas, pensamentos, habilidades e dificuldades. É um novo desafio, que cabe ao professor estar preparado para guiar e orientar, incluindo a individualidade de cada criança, promovendo um ambiente harmonioso e acolhedor, onde possam respeitar e conviver com as diferenças.

Vejamos a definição que Mantoan (2010, p. 25), e o que nos informa acerca da

definição de inclusão:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Inclusão é proporcionar o direito ao acesso à vida e todas as suas possibilidades. É a permanência e convívio social de todos com todos, respeitando limitações, crenças, etnias entre outros. De forma que cada um possa dar sua contribuição, de acordo com suas habilidades, conhecimento e atitudes e terem a oportunidade de serem correspondidos com benefícios provenientes dessa convivência e/ou sem a expectativa ou exigência de receber algo em troca.

Notamos aqui, que as pessoas com

deficiência, seja física ou intelectual sofreram grandes tipos de preconceitos e exclusões durante séculos. É necessário contínuos estudos e práticas que possibilitem sanar este problema.

A inclusão escolar no Brasil segue em processo, pois apesar de todos os avanços e documentos com leis que asseguram os direitos ao acesso das crianças com deficiência a rede regular de ensino, na prática de sala de aula essa realidade não tem sido fácil. Encontramos salas de aulas com grandes quantidades de alunos e sabemos que cada educando tem sua maneira singular de aprendizagem e deve ser respeitada, mas para o professor lidar com o grande número de alunos por sala, as diferentes formas de aprendizagens e os casos de deficiências tem sido desafiador e gera uma preocupação se nesse contexto pode-se gerar inclusão ou exclusão escolar, mas acreditamos que mesmo em meio às dificuldades das realidades em sala de aula, devemos nos esforçar ao máximo para seguirmos em busca de uma educação inclusiva.

No Município de São Paulo no ano de 2017 tivemos a criação do novo currículo da cidade e em sua página 32 e 33 aborda a questão da inclusão escolar. Vemos o que ele nos diz sobre a problemática encontrada nas unidades, Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade : Educação Infantil (2020 p.32):

"Nas UEs, as desigualdades, as diferenças e as diversidades estão presentes, mas muitas vezes são invisibilizadas. Os modos como elas se manifestam são complexos, devido à especificidade dessa etapa educacional: a idade das crianças, os territórios onde as escolas estão inseridas, a pluralidade das famílias, a ausência de formação específica das (os) professoras (es) e demais profissionais nessa temática, as práticas educativas homogeneizadora e os Projetos Políticos Pedagógicos que muitas vezes desconhecem a profunda relação entre as aprendizagens e as condições de vida concretas dos bebês e crianças."

Assim como o currículo traz a problematização da inclusão em sala de aula, ele também nos trás a reflexão sobre essa problemática, vejamos a seguir o que ele nos diz. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade : Educação Infantil (2020 p.33):

"As desigualdades não podem ser consideradas como algo natural; é preciso lutar contra elas, pois são injustas com as crianças. Porém, frente às diversidades e diferenças, é necessário reconhecê-las, compreendê-las e incorporá-las. Essa é uma ação complexa, pois envolve reflexão profunda dos educadores sobre si mesmo, sobre seus modos de pensar, os seus limites emocionais e morais".

Essa inquietação de não aceitar as desigualdades é a busca constante do educador rumo à equidade, para que todos possam ter oportunidades desde seus primeiros anos de vida. O currículo da cidade ainda define como deve ser uma escola inclusiva, vejamos a seguir, Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade : Educação Infantil (2020 p.32):

"Nesse sentido, a escola inclusiva implica na reconstrução de conceitos e práticas e no reconhecimento da diferença como uma riqueza humana que poderá nos levar a novos rumos educacionais e pedagógicos, com propostas mais situadas nas necessidades de todos.

A existência de múltiplas infâncias e das várias formas de ser crianças consolida um trabalho em que todos possam ter experiências de aprendizagem de acordo com suas potencialidades, sem discriminação e com vase na igualdade de oportunidades e na equidade. Possibilitam-se assim novas formas de impulsionar, por meio da aprendizagem, o desenvolvimento de todos os bebês e crianças presentes no espaço da educação infantil, sem distinção - o que é um dos pilares do Currículo da Cidade. "

Pudemos ver que o currículo da cidade da educação infantil paulistana é mais um novo documento que aborda a temática da inclusão, ele mostra os desafios, mas reflete sobre sua importância e direito das crianças, cita também a importância de formação profissional para os professores e demais profissionais, para assim estarmos mais próximos de uma educação para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo trouxemos um pouco da história da inclusão na Europa e Brasil, que aconteceram de forma parecida, como as pessoas com deficiência eram vistas e as mudanças que aconteceram ao longo dos séculos, partindo da necessidade de enxergar, acolher e inserir as pessoas com deficiências na sociedade, garantindo-lhes direito. Vimos que ao longo da história essas pessoas eram negadas, negligenciadas e algumas vezes até exterminadas. Com o passar dos anos foram criadas leis que asseguram proteção e direitos, entre tantos direitos, voltado para a educação temos o direito ao acesso na rede regular de ensino, mas que ainda tem sido desafiador para os professores, assim podemos dizer que não atingimos o objetivo almejado que é uma educação para todos, que não limite o olhar aos seres humanos partindo de preconceitos estereotipados, mas estamos no processo, pois não podemos aceitar uma educação que segrega e sim devemos lutarmos para uma educação que pensa em todos e proporciona meios para que todos participem, respeitando seus limites e reforçando as potencialidades de cada um. Em meio a tantos documentos, recentemente na educação Paulistana podemos contar com o